

Por uma sintaxe do telejornal: uma proposta de ensino

Yvana Fechine e Luisa Abreu e Lima

Resumo: Apresentando as contribuições que a semiótica discursiva pode dar ao ensino do telejornalismo, este artigo propõe-se a apresentar a primeira etapa de um projeto que busca evidenciar a sintaxe que preside a construção do telejornal e, em especial, da reportagem. A construção de uma sintaxe da reportagem requer o exame do modo como as suas unidades constitutivas (*off*, sonoras, imagens, arte, passagens, etc.) se combinam para produzir um “todo de sentido” – um texto. Partindo da análise da roteirização das reportagens, buscamos verificar quais os usos e as funções recorrentes de cada uma dessas suas unidades constitutivas. Neste artigo, a passagem é objeto de um exercício preliminar de análise do “funcionamento” textual da reportagem. Baseados no estudo de 100 roteiros, propomos a descrição de sete funções sintáticas da passagem no texto-reportagem.

Palavras-chave: telejornal, linguagem, sintaxe, reportagem, passagem.

Abstract: *For a telejournalism syntax: a teaching proposal.* The contributions of semiotic discourse to the teaching of telejournalism are described in this article, which proposes the first stage of a project aimed at highlighting the syntax that governs the construction of telejournalism, and particularly of reporting. The construction of a reporting syntax requires the examination of how its constituent units (*off*, sound, images, art, the reporter's presence, etc.) combine to produce an “overall meaning” – a text. Based on an analysis of the report's structure, we verify the most recurrent uses and functions of each of these constituent units. In this article, the reporter's presence is the subject of a preliminary analysis of the textual “functioning” of the report. Based on a study of 100 scripts, we propose the description of seven syntactic features of the reporter's presence.

Keywords: telejournalism, language, syntax, reporting, reporter appearance.

Mudança na perspectiva de análise

Os telejornais são a principal fonte de informação dos acontecimentos cotidianos locais, nacionais e internacionais para a maioria dos brasileiros. Pesquisa realizada pelo

instituto Ipsos¹, em nove centros urbanos do País, no primeiro trimestre de 2005, levantou que 85% da população utiliza a televisão em busca de notícia. Os resultados não foram muito diferentes ao se considerar a classe econômica dos entrevistados. Segundo o mesmo estudo, 89% das classes A e B e 82% das C, D e E acompanham telejornais². Pesquisa mais recente confirma o mesmo cenário em relação aos formadores de opinião. Segundo levantamento feito em 2007 pelo Datafolha, em 45 cidades brasileiras, cerca de 92% dos leitores do jornal Folha de São Paulo (um dos mais influentes do País) assistem a telejornais. Vale ressaltar ainda que, de acordo com a pesquisa, o leitor da Folha está no topo da pirâmide da população brasileira: 68% têm nível superior (no país, só 11% passaram pela universidade) e 90% pertencem às classes A e B (contra 18% dos brasileiros).

Esse lugar privilegiado assumido pelo telejornal no cotidiano dos brasileiros sinaliza para a necessidade de dedicarmos à formação do futuro profissional do Jornalismo nessa área a mesma importância. Embora o reconhecimento do predomínio do telejornalismo não se manifeste, ainda, em termos curriculares³, e também científicos⁴, parece inquestionável que a preocupação com o ensino da disciplina está cada vez mais em evidência nos cursos universitários de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo), pelo interesse que desperta entre os discentes. Questiona-se também, e muito, entre os professores de Jornalismo⁵, o modo de trabalhar com os alunos em disciplinas que deveriam prepará-los para atuar numa área de produção jornalística e em um meio que têm sido diretamente responsáveis pela formação da opinião pública no nosso país.

A falta de laboratórios de produção audiovisual, com equipamentos semelhantes àqueles usados no mercado, é ainda uma realidade predominante, especialmente nas universidades públicas. Mas não parece ser esse o principal problema. As questões de “método”, ligadas intrinsecamente ao foco da formação, parecem ser ainda mais graves. Como lembra Antonio Brasil, o ensino de telejornalismo no Brasil debate-se, ainda hoje, com os dilemas impostos, por um lado, “pela predominância de uma cultura acadêmica

¹ Os dados da pesquisa foram retirados do Portal Imprensa, em matéria de Denise Moraes, veiculada no dia 23/09/2005.

² Pesquisa mais recente, de 2007, confirma o mesmo cenário. Segundo estudo anual de confiança da empresa Edelman, a elite brasileira confia mais na mídia que em instituições governamentais. Os entrevistados, na faixa dos 25% com a maior renda familiar do país, dizem recorrer como primeira fonte de informação a impressos (87%), depois a TV (82%), internet (52%) e rádio (32%). Informações, acessadas em 05/07/2008, no endereço: <http://gecorp.blogspot.com/2008/02/estudo-de-confianca-da-edelman.html>

³ Na maioria dos cursos universitários de jornalismo no país, o ensino do telejornalismo ocupa, em média, dois semestres (informação em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da070320014.htm>)

⁴ Pesquisa feita pelas autoras, em maio de 2009, no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - que registra desde 1987 todas as teses e dissertações defendidas no Brasil - identificou apenas 215 trabalhos que tinham o telejornalismo ou telejornal como assunto. Se comparado ao número total de teses em jornalismo - 3.260 trabalhos, segundo busca no banco da CAPES - isso representa menos de 7% da produção científica no Brasil. Em outras palavras, é como se a cada cem estudos em jornalismo, teríamos uma média de sete trabalhos em telejornalismo.

⁵ Destacamos, aqui, a título de exemplo, o debate capitaneado pelo professor Antonio Brasil acerca do ensino de telejornalismo no Brasil em sites especializados, como o Observatório da Imprensa (www.observatoriodaimprensa.com.br). Também podem ser consultados os trabalhos abrigados pelos encontros do Fórum de Professores de Jornalismo em www.fnj.org.br.

que valoriza a teoria e, por outro, por uma realidade de mercado onde a prática é considerada simplesmente essencial” - o que é, frequentemente, usado para desvalorizar o ensino universitário⁶. Entre um pólo e outro, parece que a saída mais satisfatória é pensarmos numa prática que seja melhor fundamentada teoricamente.

Para isso, parece-nos importante estimular investigações capazes de apontar para a “gramática” que preside a construção do telejornal e, em especial, da reportagem na TV, unidade informacional básica do telejornalismo. Uma parte significativa da bibliografia disponível hoje para os cursos de graduação está focada, predominantemente, na discussão de aspectos éticos, socio-históricos, políticos e ideológicos, assim como na problematização de procedimentos, processos e rotinas de produção jornalística. Apesar das discussões que vêm sendo realizadas no âmbito da Rede de Pesquisadores de Telejornalismo da SBPJor⁷ em torno da análise dos procedimentos de produção e das metodologias de ensino nessa área de atuação, há ainda uma carência de abordagem do telejornal sob a perspectiva da sua linguagem (organização textual, roteirização). Na prática, quando precisamos indicar referências sobre o “fazer”, recorremos ainda aos diversos “manuais” de telejornalismo escritos por profissionais de TV⁸. É bem verdade que, além da larga vivência de mercado, alguns deles possuem também experiência de ensino em cursos superiores de Jornalismo. Provavelmente pela própria escassez de reflexões em nossa área sobre o que poderíamos denominar de uma “pedagogia” do telejornalismo, a maioria desses livros sobre o “fazer telejornalístico” orientam-se por um conceito pobre de manual, aquele que o concebe apenas como um conjunto de procedimentos e exemplos a imitar, enfatizando, por isso mesmo, as “regras” do fazer e do que as grandes emissoras de televisão consideram “fazer bem feito”.

Se, como argumenta Antonio Brasil⁹, aprender a assistir e avaliar criticamente um telejornal é tão importante quanto aprender a escrever um texto para TV, nosso desafio é muito grande: é ensinar aos alunos de Jornalismo a fazer o que se faz, a questionar o que é feito e a entender melhor “como se faz aquilo que é feito” para fazer eventualmente melhor. Só assim podemos ambicionar que, muito mais que seguir “receitas”, eles tenham condições de operar criativa e construtivamente no ambiente de produção.

⁶ Cf. Antonio Brasil, “O ensino de telejornalismo”, artigo publicado no Observatório da Imprensa, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da070320014.htm>, acesso em 05/07/2008.

⁷ Criada em 2006, essa rede de pesquisadores, abrigada pela SBPJor – Sociedade Brasileira de Pesquisadores Jornalismo, já produziu dois livros com coletânea de artigos de seus integrantes: “A sociedade do Telejornalismo” (Vozes, 2008) e “Telejornalismo: a nova praça pública” (Insular, 2006).

⁸ Uma busca rápida nos planos de ensino das disciplinas voltadas ao telejornalismo nas nossas universidades pode evidenciar a recorrência a tais manuais. Alguns deles constam, inclusive, na bibliografia desse artigo por serem justamente uma fonte de referência constante nos cursos de graduação em Jornalismo (cf., por exemplo, Curado, 2002; Barbeiro & Lima, 2005; Paternostro, 2006).

⁹ Cf. Antonio Brasil, “Como avaliar o telejornalismo?”, artigo publicado no Observatório da Imprensa, <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da230520013.htm>, acesso em 05/07/2008.

Para isso, precisamos, no entanto, fugir à “lógica” do manual de “imitação”. No caso da produção telejornalística, precisamos operar com um conceito de manual que o concebe como “uma explicitação dos mecanismos de engendramento do sentido”¹⁰.

Como a preocupação passa a ser, por esse caminho, com os modos como estruturamos ou organizamos uma reportagem para que produza os efeitos pretendidos, o caminho teórico a seguir nos leva, agora, ao campo das ciências da linguagem. O desafio que nos impomos é tratar a reportagem não mais somente como objeto de comunicação, mas também como objeto de *significação*¹¹. Privilegiar a reportagem do telejornal como objeto de comunicação entre dois sujeitos implica analisá-la sob uma perspectiva mais externa, a partir da qual ganham relevo, por um lado, as abordagens de uma sociologia da comunicação, por exemplo, e, por outro, as próprias teorias do jornalismo. Privilegiar, ao contrário, a reportagem como objeto de significação é pensá-la como texto, assumindo a perspectiva mais interna e estrutural de análise, apoiada no referencial teórico-metodológico da semiótica discursiva.

Na nova perspectiva que assumimos, aqui, para o ensino do telejornalismo, a abordagem da reportagem como um texto é a primeira etapa de um projeto mais amplo que busca evidenciar a “gramática” que preside a construção do telejornal¹² (ou seja, como esse tipo de texto “funciona”). E em que consiste, afinal, uma gramática? Consiste em um “sistema de relações entre unidades discretas portadoras de significações articuladas” (Landowski, 2004: 102).

Ao tratar o telejornal, o desafio é, portanto, identificar essas unidades e explicitar os seus mecanismos implícitos de estruturação, revelando suas relações de mútua implicação, estabelecendo modelos e categorizações que nos permitam apreender suas invariâncias. É, em outros termos, entender como esse tipo de texto “funciona”. Se observarmos o telejornal desse modo, estaremos tratando-o sob a perspectiva da linguagem e, conseqüentemente, dotando-o de uma gramática. Supomos que, evidenciando essa “gramática” aos alunos de Jornalismo, estaremos contribuindo para a “leitura” e para o “fazer” críticos no telejornalismo.

O telejornal como texto

A compreensão do que é, em termos semióticos, um texto é um passo prévio e fundamental para o tratamento que propomos aqui da reportagem na TV. O que é, então, um texto? Para responder a esta pergunta, é preciso recordar um pressuposto de base da semiótica: a existência de dois planos da linguagem: o da expressão e o do conteúdo.

¹⁰ Distinção baseada em J. L. Fiorin, 1994:10.

¹¹ Distinção baseada em D. L. Pessoa de Barros, 1994:7.

¹² Essa proposta envolve, por ora, os novos conteúdos programáticos propostos para as disciplinas Introdução à Televisão e Telecinejornalismo, no curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFPE (ministradas por Yvana Fechine), incluindo a produção do seu material didático, assim como o desenvolvimento de duas pesquisas de mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE (PPGCCOM), a cargo de Luísa de Abreu e Lima e Fabiano Moraes.

A função sígnica é o resultado de uma relação de determinação recíproca entre os dois planos: uma expressão é expressão somente pelo fato de que ela é expressão de um conteúdo, e um conteúdo é somente conteúdo pelo fato de ser conteúdo de uma expressão (cf. Hjelmslev, 2006). O plano do conteúdo recobre o “material conceitual” e o plano da expressão, o “material sensível” (aquilo que é perceptível por um dos nossos cinco sentidos). Quando um conteúdo é manifesto por um plano de expressão qualquer (verbal, visual, música etc.) surge um texto. O texto é, portanto, uma manifestação: um “todo de sentido” definido por uma determinada estruturação, ou, em outros termos, é o “conjunto significante” no qual se detecta e se pode analisar tais estruturas. Pode ser pensado, portanto, como o conjunto de procedimentos que determina uma representação semântica e sintática numa determinada forma de manifestação.

Na teoria semiótica, a sintaxe se contrapõe à semântica, mas apenas para fins de análise (Fiorin, 1994:18). Nos textos, as duas dimensões operam juntas, assegurando a constituição do “todo de sentido”: a semântica remete ao estudo da significação das unidades constitutivas do sistema; a sintaxe ocupa-se das regras de combinação dessas unidades. Em um ou noutro nível de análise, o primeiro desafio é a delimitação do sistema e a segmentação das suas unidades. No estudo das línguas naturais – a partir dos quais foram desenvolvidas as teorias da linguagem –, essa distinção parece mais evidente. Foi com o texto verbal que desenvolvemos as gramáticas *stricto sensu*, modos de organização e “funcionamento” das unidades do sistema (no caso, a língua).

Exemplifiquemos a partir do português¹³. A sintaxe da nossa língua prevê que, para construir uma frase, podemos combinar, por exemplo, um sujeito, um verbo e um objeto (direto ou indireto) - cada uma dessas unidades com sua função. Esse esquema relacional (combinação de unidades do sistema) pode receber diversos investimentos semânticos: “O menino comeu o bolo”, “O policial prendeu o ladrão”, “O aluno fez prova”, etc. Sempre que unirmos um verbo a um sujeito paciente, construiremos uma oração de processo. De forma mais fácil ou difícil, já aprendemos a operar com as distinções e combinações das unidades que compõem o sistema da língua portuguesa. As linguagens verbais dispõem, depois de milênios de domínio pelo homem do sistema oral e do sistema escrito, de um “vasto estoque de formas codificadas” (Fontanille, 2007:35). A dúvida que resta, segundo o semioticista Jacques Fontanille (2007), é se há pertinência em – ou mesmo se conseguiremos – estabelecer o sistema das unidades providas de sentido em outras linguagens (as não-verbais, por exemplo), de tal modo que possamos obter, a partir da sua segmentação e da identificação de relações estáveis entre elas, gramáticas satisfatórias.

A hipótese que orienta nosso trabalho assume uma posição mais otimista que a de Fontanille. Partimos, aqui, do pressuposto que é necessário, pelo menos, tentar pensar na constituição de outras gramáticas sugeridas pelo modo como textos de outra natureza,

¹³ Exemplificação inspirada em Fiorin, 1994:18.

que não o verbal, engendram um sistema próprio. Esse sistema emergirá, justamente, das relações existentes entre as unidades que o analista conseguir detectar, observando as estruturas reveladas pelos textos. Se fizermos esse exercício em relação ao telejornal, a primeira tarefa será, também, a delimitação e a segmentação das suas unidades constitutivas. Se o telejornal é o texto que nos interessa observar, cabe, de antemão, perguntar: quais as unidades que se organizam e que, ao fazê-lo, resultam no conjunto significativo que reconhecemos como “telejornal”? Ou, agora de modo mais direto, como se estrutura o telejornal? Há determinados arranjos (combinação de unidades estáveis) que presidem a construção do telejornal como a “globalidade de uma cadeia linguística” (Hjelmslev apud Vilches, 1995: 32), como texto, enfim?

Semioticamente, o telejornal pode ser tratado como um texto englobante que resulta da articulação, por meio de um ou mais apresentadores, de um conjunto de outras unidades textuais englobadas que, embora autônomas, mantêm uma interdependência entre si, dada justamente por um nível enunciativo mais abrangente que as engloba. A significação do texto englobante (o telejornal propriamente dito) constrói-se, do ponto de vista sintático, pela combinação das unidades textuais englobadas. Essas, por sua vez, definem-se como unidades textuais pelas próprias relações mantidas entre si e com o texto englobante, a partir do qual foram segmentadas. Sem que tenhamos ainda realizado uma descrição exaustiva do telejornal como sistema de linguagem, é possível associar, desde já, essas unidades textuais às distintas formas assumidas pelas notícias no telejornal: reportagem, entrevista no estúdio, entrada ao vivo, comentários, notas “peladas” ou “cobertas”, entre outras. A delimitação do texto-telejornal, nesse contexto de análise, deve ser pensada a partir, tanto do papel do apresentador (o momento em que introduz e encerra a sua atuação), quanto das “marcas” que segmentam o programa na programação (vinhetas de abertura e encerramento), obedecendo à mesma lógica de articulação e recursividade entre as partes e o todo que há entre eles¹⁴.

Analisadas como parte no “espelho” do telejornal (uma parte, portanto, do todo englobante), todas essas distintas formas da notícia assumem a função de unidades. Consideradas isoladamente, perdem, no entanto, sua condição de unidade e, na análise, adquirem o estatuto de “todo significativo” (texto autônomo). Demandam, portanto, o mesmo trabalho de delimitação e segmentação das unidades para compreensão dos seus modos específicos de estruturação. Como a tarefa de delimitação, segmentação e descrição das relações entre as unidades que, ao serem articuladas, conferem o estatuto textual ao telejornal, é bem mais ampla – e está apenas começando –, contentamo-nos em examinar, por ora, o “funcionamento” textual da reportagem, a unidade que parece dotada de maior complexidade sintática dentre todas as que compõem o telejornal.

¹⁴ Se o telejornal corresponde ao todo (englobante), a reportagem, ou qualquer outra das suas formas da notícia, corresponde a uma de suas partes (englobadas). Se, igualmente, a programação corresponde ao todo (englobante), o telejornal, ou qualquer outro dos seus programas (englobados), corresponde a uma de suas partes.

Esperamos que a descrição da gramática que orienta a construção do texto-reportagem, a partir da sua delimitação e segmentação específicas, forneça subsídios para pensarmos depois, em escala mais ampla, um modo de abordagem das relações entre as unidades constitutivas do próprio texto-telejornal. O trabalho inicial com a reportagem justifica-se, ainda, por uma vantagem adicional. Entre todas as formas de notícia do telejornal, a reportagem é aquela cujas unidades aparecem mais claramente segmentadas nos “manuais” de telejornalismo, ainda que, nestes, esses elementos sejam tratados de modo completamente distinto do que aqui propomos. Com base, no entanto, nas descrições do “fazer” da reportagem, já inventariados por profissionais e professores de telejornalismo – ou, em outros termos, a partir do seu “estoque de formas já codificadas” –, postulamos que as suas unidades constitutivas são: off (texto oral), entrevistas (sonoras), sobe som, imagens, música, arte, gráficos, inscrições verbais (legendas, créditos etc.), aberturas, encerramentos e passagens. É a partir dessas unidades que construiremos, de modo mais circunscrito, o problema de pesquisa que nos ocupa: a busca por uma sintaxe da reportagem que, quando estiver melhor descrita, seja capaz de auxiliar o ensino de graduação do telejornalismo ao fornecer um aporte teórico para o “fazer” – um fazer que possui uma dimensão semiótica sobre a qual precisamos lançar mais luz (cf. Marrone, 1998).

Sintaxe da reportagem: o caso das passagens

A construção de uma sintaxe da reportagem requer o exame do modo como as suas unidades constitutivas se combinam para produzir um “conjunto significante”, um “todo de sentido”, um texto. Implica, conseqüentemente, a análise das estratégias de roteirização das reportagens, buscando verificar quais são os usos recorrentes dos offs, sonoras, imagens, arte, passagens, etc., identificando suas funções no texto e, a partir delas, suas possibilidades de combinação com as demais unidades do sistema, capazes de desempenhar um papel complementar. Orientado por um procedimento indutivo, parece ser possível estabelecer, a partir da observação de textos-reportagens particulares, um conjunto de generalizações, que corresponderiam, nesse caso, às possibilidades de combinações entre essas unidades ou, se preferirmos, à sua sintaxe. Concretamente, esse procedimento indutivo de observação, orientado por uma análise estrutural das reportagens, nos permitirá, ao indicar os arranjos possíveis entre as unidades, evidenciar a “gramática” subjacente ao seu “funcionamento” textual. Foi justamente, esse o exercício ao qual nos dispomos, nesse primeiro momento da pesquisa, a partir do estudo das passagens do repórter, uma das mais inquietantes unidades textuais do texto-reportagem¹⁵.

A escolha da passagem para esse exercício preliminar foi motivada pela própria experiência com o ensino do telejornalismo. É, geralmente, com a realização das passagens

¹⁵ Na pesquisa em desenvolvimento, propomos o mesmo tipo de tratamento conferido aqui às passagens aos demais elementos constitutivos da reportagem.

que os alunos costumam demonstrar maior dificuldade nas disciplinas que contemplam a prática de produção telejornalística. É também às passagens que os “manuais” disponíveis no mercado costumam dedicar as abordagens mais superficiais. Em *O texto na TV - Manual de telejornalismo*, um dos primeiros e mais conhecidos, Vera Íris Paternostro limita-se a conceituar a passagem como uma “gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria” (2006: 213), ressaltando que a aparição do repórter não pode se dar em detrimento da informação. Em *Telejornalismo no Brasil*, Rezende define a passagem como a “ligação entre trechos de uma reportagem”, destacando que ela reforça a presença do repórter no local onde se desenrola o fato e constitui um ótimo recurso para divulgar números, estatísticas e fazer comparações para ajudar o espectador a entender determinado assunto (2000: 149). O livro *Aprender Telejornalismo: Televisão e Técnica* define de forma semelhante a passagem: para Squirra, ela é a “parte que faz a ligação entre o trecho da reportagem e outro”, servindo, sobretudo, como “ponte” no caso de reportagens que ocorrem em lugares diferentes (2004: 169).

Flávio Prado avança um pouco mais no livro *Ponto Eletrônico: dicas para fazer telejornalismo de qualidade* (1996). Ele diz que a presença do repórter se justifica sempre que há uma informação imprescindível sem imagens correspondentes e que a passagem pode ser utilizada para descrever como as coisas aconteceram (quando o repórter não chega a tempo), para ajudar o telespectador a entender determinado assunto (seja através de números, estatísticas ou comparações) ou para “mudar” a matéria de ambiente ou aspecto. Em *A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz jornalismo* (2002), Olga Curado conceitua a passagem apenas como a maneira de o repórter participar da reportagem. Para ela, essa participação justifica-se quando, devido a falta de imagens, é preciso explicar como determinado fato aconteceu ou o seu possível desdobramento.

Já para Pedro Maciel, em *Jornalismo de Televisão* (1995), a passagem é o recurso utilizado para, conduzindo a narrativa, mostrar aspectos importantes que de outra maneira não seriam ressaltados para o telespectador. Entre as emissoras, a Globo foi a primeira a tratar do tema. O *Manual de Telejornalismo da Globo* (1984) traz três páginas sobre a passagem, mas destaca, sobretudo, as questões técnicas relacionadas à sua produção. O Manual destaca que a passagem só é necessária se o repórter acrescentar alguma coisa à reportagem com a sua presença (1984: 23).

Observa-se, na bibliografia disponível, que, além de insatisfatória, a definição da passagem se confunde, via de regra, com a descrição dos seus usos na construção da reportagem. Evidencia-se, já a partir da dificuldade dos autores, a necessidade de tratá-la de modo relacional, considerando-a, portanto, como uma das unidades textuais que compõe o texto-reportagem. Chegamos assim, por outro caminho, à mesma constatação da necessidade de pensarmos a “função sintática” da passagem.

Antes, porém, cabe perguntar: o que é, de fato, uma passagem? Se descolarmos a definição da passagem dos seus usos e funções, a resposta é bem simples. O termo “passagem” designa uma aparição do repórter na reportagem, geralmente, em quadro no local do acontecimento. Quando a aparição do repórter “abre” ou “fecha” a matéria usamos, respectivamente, as denominações abertura e encerramento. Quando a aparição se dá ao longo do VT, temos, então, o que denominamos propriamente de passagem. Para facilitar, e adotando o uso mais corrente, adotaremos, daqui para frente, a designação de “passagem” para todo tipo de aparição do repórter, independentemente de sua posição. Desconsideramos, portanto, os termos abertura e encerramento, já que, para a categorização que proporemos adiante, não há pertinência nesse tipo de distinção por posição¹⁶.

Definidos os termos pelos quais compreendemos, aqui, a passagem, cumpre agora nos debruçarmos sobre o que, afinal, nos interessa: seus usos mais frequentes ou, em outras palavras, suas “funções sintáticas”. Para inventariá-los, debruçamo-nos sobre um corpus de 100 reportagens selecionadas a partir de uma amostra de, aproximadamente, 12 horas de gravação, coletadas em quatro telejornais nacionais e diários da Rede Globo, no período de 13 a 22 de dezembro de 2006. Os telejornais e o número de reportagens que foram objetos de estudo são: Jornal Nacional (37), Jornal da Globo (25), Globo Esporte (25) e Jornal Hoje (13). Optamos por utilizar reportagens veiculadas em telejornais da Globo por ser esta a TV que, reconhecidamente, possui a maior tradição na produção telejornalística entre as emissoras brasileiras, desde a criação do Jornal Nacional (JN), em 1969. Primeiro telejornal em rede do Brasil, o JN tornou-se o modelo de telejornalismo não apenas dentro da própria Globo, mas também em outras emissoras.

Escolhidos os telejornais com os quais trabalharíamos, o critério para seleção das reportagens foi a própria utilização da passagem, mas sem considerar aspectos relacionados à sua qualidade ou criatividade. Todas as reportagens selecionadas foram decupadas (transcritas), de acordo com o modelo de lauda para telejornalismo, e sistematizadas de acordo com semelhanças e diferenças no uso das passagens. A partir do corpus analisado, observou-se que, nas reportagens inseridas em telejornais diários, a passagem desempenha pelo menos sete funções, configuradoras de categorizações correspondentes. São elas: 1) contextualização ou recuperação de informações; 2) desdobramento do fato/fenômeno; 3) indicação ou realce de percurso; 4) hierarquização de informações; 5) gerenciamento de atenção; 6) proposição de juízos interpretativos; 7) construção de presença.

Fazem parte da primeira categoria as passagens cuja função é retomar acontecimentos que antecederam o fato reportado ou que se prestam a interrelacionar circunstâncias que o acompanham e/ou que estão diretamente implicadas na sua compreensão. São bastante recorrentes em suítes (matérias cujo assunto foi apresentado em dias anteriores).

¹⁶ Não desconhecemos que a posição na qual se dá a aparição interfere na produção de sentido. No entanto, essa posição não é um critério relevante quando se busca analisar, como faremos aqui, o tipo de relação que preside a articulação entre os vários elementos constitutivos da reportagem no trabalho de roteirização.

Nas passagens de contextualização ou recuperação de informações são comuns as retrospectivas, reconstituições e inserções do fato em contextos socioculturais, sócio-históricos, políticos ou econômicos. No corpus estudado, na matéria exibida pelo Jornal da Globo (14/12/06) sobre a descoberta de uma rede de prostituição, o repórter César Tralli revelou bem essa intenção, ao entrar em quadro para reconstituir o funcionamento do esquema de exploração sexual (escolha das meninas, pagamento, etc), comandado por Giselda Aparecida de Oliveira, a Gigi, em São Paulo.

As passagens de desdobramento, como o próprio nome sugere, são aquelas em que a presença do repórter em cena tem a finalidade de desdobrar o fato/fenômeno noticiado (para além do seu contexto histórico), atualizando, fazendo previsões ou detalhando. Fazem parte dessa categoria passagens que contêm balanços, antecipação de fatos, curiosidades, demonstrações e explicações minuciosas de um determinado aspecto da notícia. Destacamos, entre as reportagens analisadas, o exemplo de uma suíte, exibida pelo Jornal Nacional (13/12/06), sobre o inquérito da tragédia do voo 1907 da companhia aérea GOL. Nela, o repórter Renato Biazzí entrou em cena para fazer um balanço da investigação e acrescentar novas informações numa clara estratégia de desdobramento do tema, a partir da passagem.

As passagens com a função de indicação ou realce de percurso são aquelas destinadas a indicar o desenvolvimento da narrativa (ou argumentação) proposta pela reportagem, assim como dar pistas do próprio caminho que o repórter está seguindo para “contar a história”. Também servem de “ponte” entre diferentes situações e elementos, conduzindo o telespectador na interpretação da reportagem, na medida em que “pontuam”, evidenciam as rupturas, as ligações, transições feitas dentro da narrativa. São comuns, nessa categoria, passagens que introduzem o problema-chave (foco da matéria), que marcam deslocamentos espaciais (de ambiente) ou temporais (de um momento presente a um do passado, ou vice-versa), que indicam mudanças de um aspecto para o outro, que evidenciam contraposições ou transição de situações e entrevistados, ou que permitem que a abordagem da reportagem caminhe do particular para o geral e vice-versa. Exemplo disso é a reportagem, selecionada dentro do corpus da pesquisa, feita por Fábio Turci para o Jornal Hoje (14/12/06), em que ele trata da expansão dos shoppings no Brasil. Nela, o repórter utiliza a passagem para fazer a transição entre a abordagem do sucesso de um shopping ligado a uma estação do metrô de São Paulo e o desempenho dos demais, indicando assim a mudança de uma perspectiva particular para uma geral.

A presença do repórter no vídeo produz, por si só, um momento de destaque dentro da estruturação geral da reportagem. Quando dirige o olhar, de modo interpelativo ao espectador, o repórter tende a chamar sua atenção. Nas passagens de hierarquização, o repórter deseja, por meio dessa sua aparição, valorizar, deliberadamente, uma informação frente às demais. Sugere, assim, qual o aspecto mais importante para o qual se deve atentar. A função desse tipo de passagem é, também como o nome sugere, hierarquizar

informações, situações, aspectos ou personagens dentro da reportagem, dando maior importância a tais elementos dentre os vários outros enumerados ao longo do roteiro. Dentro do corpus, encontramos, entre outros exemplos, a matéria de Beatriz Thielmann sobre um estudo de comportamento na relação entre os sexos, para o Jornal Hoje (13/12/06), em que a repórter utilizou a passagem para destacar uma das constatações da pesquisa (no caso, a insatisfação das mulheres), de forma a hierarquizar tal aspecto diante dos demais.

As passagens cuja função predominante é o *gerenciamento de atenção*¹⁷ apelam para estratégias que buscam tão somente promover um maior envolvimento do espectador com a própria narrativa jornalística, criando expectativa, aguçando sua curiosidade, estimulando seu interesse pelo próprio “fazer-se” da reportagem. Exploram bastante a função fática da linguagem, convocando mais diretamente o envolvimento do telespectador com o conteúdo reportado, com expressões do tipo: “Você deve lembrar que em...”, “Responda rápido...”, “O que você diria se...”, entre outras. Por se preocuparem, justamente, em “chamar a atenção” do telespectador apelam, via de regra, para procedimentos lúdicos (“brincadeiras”, “pegadinhas”, sustos” ou surpresas) ou “espetacularizantes” (comportamentos performáticos; apelo aos recursos de pós-produção, tais como superposições, ilustrações computadorizadas, incrustações etc.). Por “quebrarem” convenções de estilo do próprio telejornal, essas passagens costumam ser mais frequentes em outros tipos de programas jornalísticos (no telejornal, elas são mais frequentes nas reportagens esportivas).

As passagens de proposição de juízos interpretativos são aquelas cuja função é abrigar um comentário do repórter. Por meio delas, o repórter emite, explicitamente, uma opinião sobre o fato noticiado de forma crítica ou analítica. Essa categoria também compreende as passagens em que o repórter, por meio de uma postulação interpretativa, ajuda o espectador a tirar conclusões a partir do que foi reportado. São muito frequentes em matérias de esportes, na análise de jogos, e em matérias internacionais, quando o correspondente avalia a importância ou a repercussão do fato para o país. Nas reportagens analisadas, observamos que o experiente repórter Marcos Uchôa faz bastante uso desse recurso. Em matéria de expectativa sobre a final do Mundial de Clubes para o Jornal da Globo (16/12/06), por exemplo, ele utilizou a passagem para fazer um comentário sobre a situação dos adversários do jogo, Barcelona e Internacional.

Por fim, identificamos as passagens de construção de presença, cuja função é tão somente realçar a proximidade do repórter em relação àquilo que noticia, enfatizando uma condição que subjaz todas as suas outras participações no telejornal, a de “testemunha” do fato/fenômeno reportado (afinal, é ele que “está no local”). Inclui-se também nessa categoria aquele tipo de passagem que funciona como uma simples “assinatura” do repórter (exibe “quem está por trás das câmeras”). Em um caso ou outro, sua eventual supressão ou “cobertura” com imagens, pode se dar sem quaisquer prejuízos à estrutura geral do VT, na medida em que sua função é apenas “assinalar” uma presença. A repórter Beth Lima

¹⁷ Retomamos aqui, em outro contexto, a expressão utilizada pelo pesquisador Nilton Hernandes (cf. 2006).

explorou esse tipo de passagem em uma matéria exibida pelo Jornal Hoje (13/12/06) sobre o aumento da temperatura na Europa. Sua passagem, com informações redundantes e “acessórias”, limitava-se, basicamente, a explicitar que ela falava da capital inglesa: “(...) De acordo com o Departamento de Pesquisa da Nasa, a temperatura do outono de 2006 é a mais alta dos últimos quinhentos anos. Como você pode perceber, ainda tem rosas nos jardins de Londres”, dizia a repórter.

Feitas as descrições, é importante ainda ressaltar que a categorização aqui sugerida adotou como critério a função da passagem na construção textual, de modo coerente com a proposição geral de buscar uma “gramática” subjacente ao telejornal. Não houve, portanto, qualquer preocupação com outros critérios que poderiam ensejar um outro tipo de categorização, tais como: situações de gravação, temas/motivos, localização, posição no roteiro (no começo, meio ou final), entre outros. É importante observar, ainda, que a categorização observa a função predominante da passagem, uma vez que é possível observarmos, em uma mesma aparição do repórter, sobreposições entre elas. Por fim, não se pretende, com o inventário aqui proposto, oferecer prescrições rígidas, ou mesmo acabadas, nos moldes de um novo manual de “imitação”. Desejamos, no entanto, já a partir desse primeiro inventário, identificar recorrências nos usos da passagem que evidenciem a sua função sintática e auxiliem os alunos das disciplinas de telejornalismo na estruturação da reportagem. Espera-se, ainda, de modo complementar, que descrições, como a aqui proposta, possam contribuir também para evidenciar, aos próprios profissionais de TV, um *savoir faire* que, por ser, geralmente, de natureza muito empírica e intuitiva, nem sempre consegue ser legado aos futuros jornalistas.

Referências

- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo R. (2005) *Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia da TV*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (1994) *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- BRASIL, Antonio. *O ensino de telejornalismo*, *Observatório da Imprensa*, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da070320014.htm>, acesso em 05/07/2008.
- BRASIL, Antonio. *Como avaliar o telejornalismo?*, *Observatório da Imprensa*, <http://observatorio.ultimosegundo.jg.com.br/artigos/da230520013.htm>, acesso em 05/07/2008.
- CENTRAL GLOBO DE JORNALISMO. (1985) *Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro.
- CURADO, Olga. (2002) *A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz Telejornalismo*. São Paulo: Alegro.
- FECHINE, Yvana. (2008) *Televisão e presença: uma abordagem semiótica da transmissão*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, CPS.
- _____. (2006) *Tendências, usos e efeitos da transmissão direta no telejornal*. In: DUARTE, Elizabeth e DIAS, Maria Lília (orgs.), *Televisão: entre a academia e o mercado*. Porto Alegre: Sulina.

_____. (2006/2008) *Reportagem, Ficha de Aula disponibilizada aos alunos (disciplina Introdução à Televisão)*, mimeo.

FIORIN, José Luiz. (1994) *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

FONTANILLE, Jacques. (2007) *Semiótica do discurso*, trad. J. C. Portela. São Paulo: Contexto.

HERNANDES, Nilton. (2006) *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto.

HJELMSLEV, Louis. (2006) *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

TEODORO, Gontijo. (1980) *Jornalismo na TV*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

MACHADO, Arlindo. (2000) *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac.

MACIEL, Pedro. (1995) *Jornalismo de televisão*. Porto Alegre: Sagra-Luzzato.

MARRONE, Gianfranco (1998). *Estetica del telegiornale*. Roma: Meltemi.

MOTA, Celia; PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo (orgs.). *Telejornalismo: a nova praça pública*. Florianópolis: Insular.

PATERNOSTRO, Vera Íris. (2006) *O texto na TV: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier.

PRADO, Fábio. (1996) *Ponto Eletrônico: dicas para fazer telejornalismo de qualidade*. São Paulo: Publisher Brasil.

REZENDE, Guilherme J. (2000) *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus.

SQUIRRA, Sebastião. (2004) *Aprender Telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense.

VILCHES, Lorenzo. (1995) *La lectura de la imagen. Pensa, cine, televisión*. Barcelona: Paidós.

VIZEU, Alfredo (org.) (2008). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis (RJ): Vozes.

YVANA FECHINE é jornalista e professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE. Possui doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade de São Paulo, onde integra, atualmente, o Centro de Pesquisas Sociosemióticas. Publicou, entre outros, *Televisão e presença*. Uma abordagem semiótica da transmissão direta (São Paulo: Estação das Letras e Cores/ CPS, 2008).

yvanafechine@hotmail.com

LUISA ABREU E LIMA é jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE, onde desenvolve pesquisa sobre a linguagem do telejornal, sob orientação de Yvana Fechine.

labreu@nlink.com.br

*Artigo recebido em junho
e aprovado em dezembro de 2009.*